

Curso de Letras: o direito à diferença

Dia

VIVE-SE novamente no meio estudantil universitário, nomeadamente na área dos chamados cursos de Letras, um ambiente de efervescência e contestação. Ignorado por uns, menosprezado por outros e, pior que tudo isso, maltratado por aqueles que se advo-gam como os seus mais legítimos arautos e defensores, todo o processo reivindicativo dos estu-dantes dos referidos cursos tem passado despercebido à maioria da opinião pública e, inclusive, a uma massa significativa daqueles que mais directamente nele estão interessados.

O panorama geral é desolador e desanimador. As saídas profissio-nais tradicionais (o ensino) en-contram-se bloqueadas devido à saturação do mercado de traba-lho. Perante isto assistimos ao digladiar de duas posições, apa-rentemente inconciliáveis, mas ambas indefensáveis quando ana-lisadas logicamente e tendo em

É insustentável e inadmissível que os estudantes de Letras se submetam, de livre vontade, à massificação da formação que se pretende ministrar-lhes, abandonando-se a um sistema uniformizador que se restringe à transmissão de um saber adquirido e conservador

Paulo Guinot e Pedro Janarra*

conta os factos concretos.
 • O Ministério da Educação in-siste na apresentação dum projec-to de reestruturação, vocaciona-do para a criação duma «via pro-fissionalizante de ensino» sujeita ao regime de «numerus clausus aludindo vagamente a uma não especificada «via científica».

• Os representantes dos alunos (CNCEL), por seu turno, aceitamsai proposta, alargada a todas as Faculdades envolvidas (FLU; FLUP; FLUC; FCSH) desde que seja revogado o sistema de admissãode numerus clausus, ignorando a sua impraticabilidade tendo em conta a situação do corres-pondente mercado de trabalho.

das acções de rãa tradicionais, sem que qualquer dos lados avan-çe com novos elementos e traba-lhe seriamente os problemas.

- Assiste-se, pois, a um pseudo-diálogo de surdos que esquece os interesses primordiais dos estu-dantes, dado que:
- a posição do Ministério conde-na a maioria dos licenciados a uma situação de ausência de for-mação profissional;
- a posição dos estudantes as-senta na extensão a todos de uma formação que, a curto prazo, se revela inviável (muito em especial com o presente processo de efecti-vação de professores do ensino secundário).

Criar alternativas

Em face de tudo isto é ignorada por todos os intervenientes no processo de reestruturação a hipótese mais evidente, clara e viável: a criação de saídas de for-

reestruturação adequados a cada situação particular e visando mer-cados de trabalho alternativos aos tradicionais.

É insustentável e inadmissível que os estudantes de Letras se submetam, de livre vontade, à massificação da formação que se pretende ministrar-lhes, abando-nando-se a um sistema uniformi-zador que em vez de fomentar a criação de novas modalidades de (expressão do) saber e sua pequi-sa, se restrinja à transmissão de um saber adquirido e conserva-dor.

Acceptar outra coisa significaria a renúncia definitiva de uma ge-ração a um espírito de mudança e diferença. Queremos ser meras peças «standardizadas» duma engrenagem, ou indivíduos dota-dos dum espírito próprio?

* Alunos do 4.º ano da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Uni-versidade Nova de Lisboa.

mente surge como perfeitamente justificada a uniformização e padronização completas dos cursos de Letras das Faculdades em causa (Porto, Lisboa e Coimbra) e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. E isto num modelo único de formação de futuros professores dos ensinos prepara-tório e secundário (questão já le-vantada por Eduardo Prado Coelho nas páginas deste semaná-rio, de forma bastante literária, mas infelizmente não consubstan-ciada, de forma prática, na Facul-dade em que lecciona).

O recrudescimento da conflitu-idade entre o Ministério e uma facção dos estudantes origi-na agora o «passar da batata quente» do Ministério para os Conselhos Científicos de cada Fa-culdade, alegando uma pretense autonomia universitária (só invo-cada em questões deste tipo), e enquanto os estudantes recorrem à vulgarização do uso da greve e

mação profissional alternativa ao ensino que absorvam um nú-mero substancial de licenciados através de um sistema de pós-graduações especializadas em campos até aqui inexplorados por falta de imaginação, audácia e espírito de iniciativa do conjunto — ministro, Conselhos Científicos e Comissões de alunos (salvo, infelizmente, raras excepções).

Até ao momento, perfilha-se a escolha de uma solução tacanha, de horizontes limitados e pragma-ticamente destituída de sentido, baseada numa uniformidade de critérios para todas as Faculdades e cursos envolvidos, independen-temente das suas especificidades.

Defendemos, portanto, apelan-do ao debate entre todos os inte-ressados, o direito à diferença, o direito à criação em cada Facul-dade e no interior de cada curso de equipas de trabalho mistas (docentes e discentes) viradas pa-ra a elaboração de processos de

5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Conflito - Estudantes